



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No décimo nono dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças. Iniciado o Horário do Expediente, o vereador Mauro Freitas pediu ao vereador John Wayne que assumisse a presidência da Mesa. Pronunciaram-se então os vereadores inscritos. Joaquim Campos expressou que durante o recesso parlamentar e o período de carnaval, houve a edição de portarias pela PMB. Uma delas alterava a forma de cobrança do IPTU e foi embargada na justiça pela ação dos vereadores do PSOL e isto provocou celeuma porque as pessoas que já pagaram não sabem como receberão de volta o que foi pago adicionalmente. Criou-se o impasse e as autoridades municipais responsáveis disseram que estes contribuintes serão ressarcidos, talvez com um desconto no IPTU do ano que vem. Foi informado também aos que querem pagar segundo o modo antigo que compareçam à SEFIN para receber o boleto. Considerou que, em qualquer caso, cria-se mais dificuldade e trabalho para as pessoas, ainda mais quando se considera o aumento do preço da passagem do transporte coletivo por ônibus na cidade. Lembrou que foi contrário ao projeto da PMB que mudava a forma de cobrança deste imposto, mas este foi retirado de pauta e voltou em forma de decreto. Repercutiu depois o caso de policiais militares que vieram, no dia 16/02/2018, de Santana do Araguaia - a mais de mil quilômetros de distância da capital, uma viagem de dois dias - até Belém para participar de uma audiência no Ministério Público Militar. Chegando aqui, receberam a notícia de que esta fora transferida para o mês de setembro. Julgou que isto foi um desrespeito porque os policiais vieram até a capital com recursos próprios, não sendo ressarcidos por isso, e deixaram desguarnecida a cidade onde atuam. Questionou o motivo de não terem sido ouvidos em Santana da Araguaia, já que lá existe um juiz e um promotor. Em aparte, pronunciou-se o vereador Sargento Silvano. Toré Lima comentou a respeito da instalação de computadores em plenário - um para cada vereador, o que representa o início da almejada informatização nesta Casa - e da inauguração da Sala de Imprensa Eládio Malato. Avaliou que isto é importante para que a atividade parlamentar seja mais ágil e competente. Parabenizou o presidente deste Poder, vereador Mauro Freitas pela gestão profícua à frente da CMB. Considerou depois que a intervenção militar no Rio de Janeiro visa tirar o foco dos problemas existentes no país, como se somente ocorresse violência neste estado. Observou que nos levantamentos estatísticos do Ministério da Segurança Nacional, nove estados constam como apresentando grande crescimento da violência. Surpreendentemente, o Pará não aparece entre os mais violentos do país. Neste, segundo fora divulgado pela imprensa na semana anterior, uma pessoa é assassinada a cada duas horas. Entretanto, o governo Jatene não vê nisto um problema grave que precisa ser enfrentado. Repercutiu a notícia do assassinato, à luz do dia, da senhora Patrícia Dias Azevedo quando trabalhava vendendo tacacá no bairro do Curió-Utinga, localidade onde também mora o governador Simão Jatene. Ironizou dizendo que, certamente, a violência não chega ao Condomínio Jardim Itororó onde o governador vive. Relatou que, em dezembro passado, teve oportunidade de entrar no referido condomínio e viu, dentro deste, três viaturas da Polícia Militar, mas lá fora o povo estava desassistido. Noticiou também o falecimento, ocorrido no dia anterior, do senhor Edir Evangelista Dias, morador da Rua Dois de Junho, na Terra Firme. Este morreu após ter sua casa invadida pelas águas do canal do Tucunduba e passar três dias secando o imóvel. Criticou o governador Simão Jatene pela demora na realização da macrodrenagem da bacia do Tucunduba - obra reiniciada no ano passado, após ficar paralisada por seis meses. Isto traz sérias consequências principalmente para os moradores dos bairros da Terra Firme, Guamá e Marco, que ficam dentro d'água. Lembrou que este projeto recebe verbas da União, sendo executado pelo Governo Estadual, mas está mais lento do que correnteza de poço. Expressou que há tempos vem à tribuna chamar a atenção do governador para estes graves acontecimentos, mas nada

acontece. Informou que a audiência pública para discutir a macrodrenagem do Tucunduba está marcada para o início do mês de março vindouro. Conclamou os demais vereadores a trabalhar em prol da população que já não aguenta mais as enchentes e a violência. Lembrou que fora aprovado neste plenário, no ano anterior, requerimento determinando a visita de uma comissão de parlamentares desta Casa à Rede Celpa em busca de uma explicação para as cobranças abusivas nas contas de energia elétrica dos consumidores paraenses. Denunciou que agora a companhia está realizando um posteamento de forma irregular, totalmente fora do alinhamento, nos bairros de Canudos e Marco. Em aparte, pronunciaram-se os vereadores Sargento Silvano e Lulu das Comunidades. Marinor Brito posicionou-se contra a reforma da Previdência, cuja votação pode ocorrer ainda no início deste ano no Congresso Nacional. Externou que o grande capital se move, em todos os sentidos, para aprová-la, afirmando que o povo pobre e trabalhador e o funcionalismo público devem pagar pelos desmandos e pela falta de contribuição dos que não foram taxados até hoje – grandes fortunas, grandes grupos empresariais, banqueiros e monopolistas da comunicação, entre outros. Afirmou que o PSOL está irmanado na luta contra esta reforma. Quanto à intervenção militar no Rio de Janeiro, ponderou que o exército foi treinado para atuar contra inimigos - fora do território nacional, protegendo o Brasil contra ameaças externas - e não para criminalizar os pobres. Opinou que combater a violência não significa atacar as populações das periferias e favelas. Disse que a política da truculência, do mero ataque frontal, colocando a polícia como alvo de bandidos, fracassou no Brasil e continuará fracassando. Defendeu que a intervenção que o Rio de Janeiro e o Brasil como um todo precisam é uma intervenção social – os problemas concretos que atingem a população devem ser enfrentados, os direitos fundamentais devem ser garantidos. De outro modo, a bandidagem continuará vencendo - traficando, matando e levando a juventude das favelas para o crime organizado. Deve haver recursos para dar dignidade às pessoas, tirando-as da vulnerabilidade. Parabenizou em seguida a bancada do PSOL pela atuação desta junto à Justiça, obtendo a suspensão da portaria que aumentava o valor do IPTU em Belém, uma vitória para o povo de nossa cidade. Agora lutam contra o aumento abusivo no preço da passagem dos coletivos em nossa capital. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Joaquim Campos, pelo bloco PMDB – PHS, disse que o exército deve trancar os defensores dos direitos humanos em uma gaveta para poder trabalhar. Informou que nasceu no Rio de Janeiro, frequentava a Rocinha e, naquela época, não havia tanto protecionismo para bandidos. Pediu que o exército também intervenha no Pará e enfrente os terroristas travestidos de trabalhadores sem terra, que atacam fazendas, destroem o patrimônio das pessoas, ateam fogo em caminhões, arrasam lavouras e roubam o gado. Opinou que, após o período do Regime Militar, criou-se um *élan* de proteção ao crime, justificando a delinquência como resultado da falta de políticas sociais. Em aparte, pronunciaram-se os vereadores Zeca Pirão e Sargento Silvano. Toré Lima, pela bancada do PRB, retomou o tema da violência na sociedade e afirmou que a única forma de superar o problema é investir em políticas públicas, priorizando a educação. Comentou que, contrariamente, houve diminuição dos investimentos federais no setor educacional nos últimos anos. Asseverou que não se conseguirá diminuir a violência colocando o exército nas ruas: isto é uma falácia. Afirmou que para fazê-lo é necessário investir em educação e dar salário digno aos trabalhadores. As crianças e os jovens devem receber formação para que não enveredem pela senda do crime. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Zeca Pirão, Sargento Silvano e Paulo Bengtson. Marinor Brito, pelo PSOL, lembrou que no Brasil não há a pena de morte e a função do exército não é matar, pois estamos em um estado democrático de direito e as regras devem ser seguidas por todos. Expressou depois que o direito de ir e vir das pessoas na cidade de Belém está cerceado pelo aumento abusivo no preço das passagens de ônibus. Inteirou a plenária de que, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, o referido aumento não poderia ultrapassar 3%, correspondente à reposição da inflação no período. Infelizmente, lamentou, não é possível questionar judicialmente esta decisão do prefeito porque é dele a prerrogativa de homologação da tarifa. O aumento concedido foi de mais de 7% e impactará na vida do cidadão comum, sobretudo dos mais pobres que precisam do transporte coletivo. Entretanto, a segurança e a qualidade do transporte não estão garantidas, assim como o funcionamento das linhas durante as vinte e quatro horas do dia. Garantiu que a bancada do PSOL tentará reverter esta situação, mesmo após a homologação da tarifa. Dr. Chiquinho, pela liderança da Oposição, referiu que convivemos diariamente com a violência. Isto se dá devido à falta de políticas públicas, mas também devido à inépcia do governador Simão Jatene e do prefeito Zenaldo Coutinho. Avaliou que o Carnaval de Belém foi tratado de forma desrespeitosa pela PMB, sendo mais um atestado de incompetência retirar a festa de um local que foi construído para abrigá-la, colocando-a em uma área que ficou debaixo d'água. Ademais, considerou que isto foi uma agressão ao povo e à cultura do carnaval em nossa cidade. Comentou que, nos últimos anos, Belém esvazia-se no período do carnaval porque não há o que fazer na cidade: é a falência da cultura popular. Além disso, há o aumento abusivo do preço das passagens de ônibus e a tentativa de passar por cima deste Poder com o aumento do IPTU através de uma portaria. Em aparte, pronunciou-se a vereadora Marinor Brito. Igor Andrade, pelo bloco PSB – PSDB – PTB, parabenizou o presidente da CMB, vereador Mauro Freitas, pela iniciativa ao promover a valorização do legislativo municipal. Disse em seguida que o prefeito Zenaldo Coutinho teve a coragem de reformar o HPSM Mário Pinotti, construiu a

UPA da Sacramenta, entregou recentemente a UPA da Terra Firme e comprou o Hospital Samaritano para servir como hospital de retaguarda. Recordou que, por outro lado, a ex-presidente Dilma Rousseff - em campanha pela reeleição, quando esteve em Belém - prometeu comprar o Hospital Porto Dias e não o fez. A Estratégia Saúde da Família contava com apenas 26 equipes completas quando Zenaldo assumiu a Prefeitura em primeiro mandato e hoje há mais de cem. Expressou que fica surpreso e indignado quando vereadores da oposição sobem à tribuna para falar mal da gestão municipal atual em relação à saúde. Externou que o ex-prefeito Edmilson Rodrigues foi campeão em conceder aumentos no valor das passagens de ônibus em Belém, mas os vereadores que hoje são oposição, na época eram parte da base, não se opuseram a isso, nada falavam. Em aparte, pronunciou-se o vereador Dr. Elenilson. Findo o horário estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário de Liderança. Fez-se neste momento a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram posteriormente postas em votação e aprovadas por unanimidade pela plenária as atas: referentes à 34ª, 41ª, 42ª, 47ª, 48ª, 49ª, 53ª, 56ª, 58ª e 59ª sessões especiais; referentes à 66ª, 67ª, 69ª, 71ª, 72ª, 73ª, 76ª, 78ª, 80ª, 82ª, 89ª, 91ª, 94ª, 95ª, 96ª, 97ª, 98ª, 99ª, 100ª, 101ª, 102ª e 103ª sessões ordinárias; referentes à 14ª, 16ª, 17ª e 19ª sessões extraordinárias e referentes à 8ª, 13ª e 11ª sessões solenes, todas estas relativas ao Segundo Período da Primeira Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi feito posteriormente um minuto de silêncio, atendendo à solicitação do vereador Mauro Freitas, em homenagem póstuma ao senhor Roberto dos Santos Brandão, servidor do HEMOPA. Fez-se depois a leitura do requerimento do vereador John Wayne solicitando dois dias de licença parlamentar, no período de 21 a 22 de fevereiro vindouro, sendo este aprovado por unanimidade. Passou-se em seguida à leitura do requerimento do vereador Toré Lima solicitando a inserção nos Anais da Casa das reportagens intituladas “Prefeitura de Belém homologa aumento da passagem de ônibus para R\$3,30” e “Zenaldo autoriza aumento de passagem para R\$3,30”, publicadas nas edições *online* dos jornais G1-Pará e Diário do Pará, respectivamente, no dia 17 de fevereiro deste ano, e requerendo também que este Poder envie atencioso expediente ao prefeito de Belém, senhor Zenaldo Coutinho, solicitando-lhe que reconsidere a decisão de reajustar o valor da tarifa do transporte coletivo de Belém. Fizeram o encaminhamento os vereadores Toré Lima, Amaury da APPD, Émerson Sampaio, Sargento Silvano e Joaquim Campos, sendo o requerimento aprovado por unanimidade. Justificaram seus votos os vereadores Toré Lima, Marinor Brito, Fernando Carneiro e Mauro Freitas. Terminado o horário regimental da Primeira Parte, foi feita nova verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que “Revoga a Lei nº 8831, de 04 de maio de 2011, que proibiu o uso de celular ou qualquer outro tipo de instrumento de comunicação móvel à distância nas agências bancárias instaladas no Município de Belém”, relativo ao Processo nº 190/17, de autoria do vereador Émerson Sampaio. Na discussão, pronunciaram-se os vereadores Sargento Silvano (com aparte do vereador Émerson Sampaio), Marinor Brito, Adriano Coelho, Toré Lima (com aparte do vereador Joaquim Campos), Fabrício Gama (com apartes dos vereadores José Dinely e Amaury da APPD) e Igor Andrade (com apartes dos vereadores Fabrício Gama e Émerson Sampaio). O vereador Sargento Silvano solicitou então que a votação fosse feita nominalmente, proposição acatada pela Mesa. Fez-se então a leitura do artigo 1º do projeto. Posto este em votação, não houve quórum e o presidente John Wayne encerrou a sessão às onze horas e quarenta e cinco minutos. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Rildo Pessoa e Mauro Freitas, pelo bloco PSDC – Avante; Zeca Pirão, Bieco, Fabrício Gama e Marciel Mão, pelo bloco PMN – Solidariedade – PEN – PR; Lulu das Comunidades, Gustavo Sefer, Sargento Silvano e Víctor Dias, pelo bloco PSD – PTC; John Wayne, Igor Normando, Blenda Quaresma e Joaquim Campos, pelo bloco PMDB – PHS; Moa Moraes, Paulo Bengtson, Gleisson, Nehemias Valentim e Igor Andrade, pelo bloco PSB – PSDB – PTB; Celsinho Sabino, Dinely e Wellington Magalhães, pelo bloco PSC – PPS; Adriano Coelho e Delegado Nilton Neves, pelo bloco PDT – PSL; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PC do B – PT; Dr. Chiquinho, Marinor Brito e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Toré Lima, Simone Kahwage e França, pelo PRB; e Émerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 19 de fevereiro de 2018.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário